

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Conhecimentos Específicos p/ UFPB (Assistente Social) - Pós-Edital

Professor: Rubens Maurício Corrêa

Aula 00

Os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social no Brasil.

O significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas.

Os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio ocupacionais.

SUMÁRIO

1. Introdução e Roteiro da Aula	2
2. Preparando-se para Estudar	3
3. Os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social no Brasil	3
4. O significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas	10
5. Os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio ocupacionais.....	13
6. Resumo da Aula	17
8. Considerações Finais da Aula	22



1. INTRODUÇÃO E ROTEIRO DA AULA



Olá Pessoal! É com imensa satisfação que iniciamos nosso **Curso de Conhecimentos Específicos** para o cargo de **Assistente Social da UFPB**.

Meu nome é **Rubens Mauricio**. Sou Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, Professor de Direito Previdenciário e de Assistência Social, além de Coach do Estratégia Concursos.

Nesta minha trajetória de concursos públicos, fui aprovado e nomeado para os seguintes cargos:

- Técnico Judiciário do TRT/2ª Região;
- Agente de Fiscalização Judiciária do TJ/SP;
- Oficial de Justiça do 2º TAC/SP;
- Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil;
- Auditor-Fiscal da Previdência Social;
- Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (cargo atual).

Após todos esses anos de convivência ao lado de alunos e grandes amigos concursandos, aprovados nos mais diversos concursos públicos por todo o país, pude somar experiências pessoais e agregá-las às experiências compartilhadas pelos demais colegas. E são estes ensinamentos que buscarei transmitir-lhes durante nosso curso.

O curso será dividido em **4 módulos** (*aula 00 + 3 aulas*), cobrindo os pontos cobrados no edital do concurso, conforme segue:

Aula	Assunto
Aula 00	Os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social no Brasil; o significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas; os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio ocupacionais.
Aula 01	Questão social, direitos e a trajetória das políticas sociais no Brasil; a Política de Seguridade Social Brasileira; desigualdades, diversidade e os marcos históricos e legais das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil.
Aula 02	O Projeto Ético-Político do Serviço Social e o trabalho profissional; a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do Assistente Social e as Resoluções do CFESS sobre o trabalho profissional; a dimensão investigativa do trabalho do assistente social e o instrumental técnico-operativo.
Aula 03	Revisão Geral e Simulado



2. PREPARANDO-SE PARA ESTUDAR

A maneira mais eficaz e eficiente para ser aprovado em concursos públicos passa, necessariamente, por algumas etapas relacionadas com seu planejamento estratégico de preparação. O presente material tentará ajudá-lo na caminhada por cada uma destas etapas, buscando levá-lo rapidamente à aprovação.

As etapas de preparação necessárias até sua aprovação, em resumo, são:

- **Captação da informação;**
- **Aprofundamento do conhecimento;**
- **Memorização;**
- **Fixação.**

A **captação da informação** ocorre através do estudo do conteúdo teórico, onde podemos obter o conhecimento dos assuntos cobrados em prova de forma geral e contextualizada.

O **aprofundamento do conhecimento** ocorre com o detalhamento de cada um dos assuntos estudados dentro da disciplina, permitindo ao aluno não apenas conhecer a matéria, mas entender e aprofundar seu conteúdo.

A **memorização** ocorrerá, principalmente, por meio de revisões sistemáticas.

A **fixação** ocorrerá com a resolução de exercícios de provas anteriores e simulados.

3. OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Os autores das principais obras referentes aos fundamentos históricos do Serviço Social afirmam que historicamente passamos e ainda estamos passando por um período de regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital, em que se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.

A defesa do mercado e do capital é considerada relação social monopolizadora dos frutos do trabalho coletivo, obscurecendo o universo do trabalho, que é a fonte criadora do processo de acumulação em escala exponencial no cenário mundial.

Tal investida contra a organização coletiva é intensificada por todos aqueles que, destituídos de propriedade, dependem de um lugar nesse mercado, cada dia mais restrito e seletivo, que lhes permita prover seus meios de vida.

Como natural consequência deste formato, crescem as desigualdades e o contingente sem amparo devido de seus direitos civis, políticos e sociais.

As orientações (neo)liberais potencializam este processo, como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai sobre as grandes maiorias.



Historicamente passamos por relevantes transformações que alteraram a face do capitalismo, especialmente na América Latina.

Após um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua natural tendência de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de ajustes na estrutura dos Estados nacionais.

Vejam algumas citações para corroborar este pensamento:

Preconizadas pelos países imperiais por intermédio dos organismos multilaterais, essas políticas dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais (BORÓN, 1995).

Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais, mas ao mesmo tempo forte internamente - ao contrário do que é propalado pelo ideário neoliberal da minimização do Estado - para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos, comprometendo a soberania das nações. (PETRAS, 2002)

O projeto neoliberal é expressão dessa reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta a perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970 (FIORI, apud SOARES, 2003), no marco de uma onda longa de crise capitalista (MANDEL, 1985).

O mercado de capital criou, naturalmente, condições históricas para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo o conjunto de relações sociais (economia, política e cultura) aos seus domínios e objetivos de acumulação.

O caráter conservador do projeto neoliberal se manifesta ao tornar natural o ordenamento capitalista e as desigualdades sociais a ele inerentes, por tê-las como inevitáveis, ofuscando a relevante presença dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história.

Outrossim, estamos diante de um retrocesso histórico, desconstruindo conquistas sociais acumuladas, resultantes de históricas lutas das classes trabalhadoras, que resultaram nos direitos sociais universais de cidadania.

As conquistas sociais acumuladas são “problematizadas”, ao serem consideradas neste projeto neoliberal causa de “gastos sociais excedentes”, que se encontrariam na centro da crise fiscal dos Estados.

Difunde-se, neste contexto, ideias liberais de que o “bem-estar social” pertence intimamente aos indivíduos, famílias e comunidades.

Neste cenário, a intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao mercado e à filantropia, como alternativas aos direitos sociais.

Segundo Yazbek (2001):

o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em dever moral: opera, assim, uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional.

A atual falta de regulamentação dos direitos sociais e das políticas públicas desloca a atenção da pobreza para a iniciativa privada ou individual, submetendo-as ao indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado.

Dentre as consequências de transferir a atenção à pobreza da esfera pública para a privada são:

- a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial;
- a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista; e
- a regressão dos direitos sociais.

Temos, na América Latina, traços de improviso e inoperância, tornando quase impotentes a universalização do acesso aos serviços decorrentes.

Vejamos algumas citações para corroborar este pensamento:

Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas”. (YAZBEK, 2001:37).

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003:12).

Como principais consequências deste cenário de ausência do Estado, podemos citar:

- aumento radical de concentração de renda, da propriedade e do poder,;
- o empobrecimento da população;
- uma ampliação desemprego e do subemprego;
- o desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda a sociedade.

No lastro do atual estágio do que Harvey (1993) denomina de “acumulação flexível do capital”, temos a denominada cultura da “pós-modernidade”, na sua versão neoconservadora.

Ela é condizente com a mercantilização universal e intrinsecamente ligada a conceitos de superficialidade, banalização da vida e descartabilidade, gerando desequilíbrios nas esferas dos valores e da ética orientados à emancipação humana.

Neste sentido:

O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as “grandes narrativas”. Assim, questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social. Invade a arte, a cultura, os imaginários e suas crenças, os saberes cotidianos, as dimensões étnicas, raciais, religiosas e culturais na construção de identidades esvaziadas de história (NETTO, 1996; YAZBEK, 2001; SIMIONATO, 1999).

Outrossim, identificamos uma sociedade com histórico de resistências e lutas travadas no dia a dia em situação de desequilíbrio contra os trabalhadores, as quais carecem de maior organização coletiva para terem força na cena pública.

Como consequência de todo o cenário apresentado, notoriamente contrário aos direitos dos trabalhadores, extrai-se a urgência de seu debate que considere as particulares condições sócio-históricas e culturais, bem como sua afirmação na realidade latino-americana.

Trata-se de um debate fundamentado na construção dos direitos enquanto conquistas e/ou concessões do poder, e os dilemas de sua efetivação na prática social.

Esses são, portanto, dilemas fundamentais também do Serviço Social.

Segundo Marilda Villela Iamamoto, em seu estudo sobre “As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo” temos que:

Um contexto sócio-histórico refratário aos influxos democráticos exige, contraditoriamente, a construção de uma nova forma de fazer política - que impregne a formação e o trabalho dos assistentes sociais - capaz de acumular forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que reduzam o fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Requer, portanto, uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais. A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Como sustenta Coutinho (2000):

Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana.



A cena contemporânea reclama, com urgência, um tempo de “política dos cidadãos”, como qualifica Nogueira:

concentrada no bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da transparência e da integridade numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens. (NOGUEIRA, 2001).

(...)

É a “política com muita política”, em contraposição à “pequena política” e à “política dos técnicos”, a contra-política. Em outras palavras, o novo que perseguimos é o compromisso com a prevalência do debate público e da participação democrática, que abra caminhos para que cidadãos organizados interfiram e deliberem nas questões de interesse coletivo, na busca de consensos possíveis para resolver os conflitos, organizar e viver a vida. (NOGUEIRA, 2001).

Ademais, seguindo Marilda Villela lamamoto, novamente citando seu estudo sobre “As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo” temos que um projeto democrático se constrói:

- no jogo de poderes e contra-poderes;
- na receptividade às diferenças;
- na transparência das decisões;
- com publicização e controle constante dos atos de poder; e
- na afirmação da soberania popular.

Os assistentes sociais também são protagonistas nesta construção do projeto democrático, sem abrir mão da crítica e do controle social do Estado, buscando-se um projeto ético-político profissional comprometido com a universalização dos direitos pode enraizar-se e expandir-se.

Temos, portanto, um Serviço Social latino-americano em reconstrução de sua face acadêmica, profissional e social, cujas origens remontam ao movimento de reconceituação, voltada à defesa dos direitos de cidadania e dos valores democráticos, na perspectiva da liberdade, da equidade e da justiça social.

Deve-se fazer um diagnóstico não liberal sobre os processos sociais e a profissão neles inscrita, baseado numa análise crítica deste contexto pelo Serviço Social.

Desde a década de oitenta, defini-se a profissão de Serviço Social como uma especialização do trabalho da sociedade, considerada como uma divisão social e técnica do trabalho social.

Para os liberais, o processo de produção e reprodução das relações sociais não é a prioridade do mercado. Para eles, prioriza-se a esfera da distribuição da riqueza.

Citando novamente Marilda Villela lamamoto, em seu estudo sobre “As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo” temos que:

A “prática” é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços -, seu “cliente”- desvinculada da “questão social” e das políticas sociais. Essa visão histórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão, - desqualificado como “teoricismo” - em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda.

Neste contexto, a autora afirma que:

“a formação profissional deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social”. Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade”.

Conclusivamente, Lamamoto conclui que:

O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com profissão.

O processo de reprodução das relações sociais refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua totalidade, envolvendo as partes e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve, outrossim, “a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas - através das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção, pensam e se posicionam perante a vida em sociedade”.

Citando Lamamoto:

“ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão social” nessa sociedade”.

Diante desta perspectiva, percebemos que o processo de reprodução das relações sociais contempla:

- a criação de novas necessidades;
- a criação de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade.



Esta análise não permite visões obtusas, unilaterais e isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista.

Devemos focar na apreensão da dinâmica da vida social, buscando identificar como o Serviço Social participa no processo de produção e reprodução das relações sociais.

A grande importância da compreensão destes fundamentos é que por meio deles podemos estabelecer uma estratégia profissional e política coletiva, com participação estatal, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, sem excluí-las, contudo, do contexto do trabalho profissional, pois o exercício profissional participa deste movimento que permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação.

Criamos, com isso, um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade, permitindo à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais para reforçar interesses das classes necessitadas, alvo prioritário das ações profissionais.

Marilda Villela Lamamoto, na obra citada, aponta, conclusivamente e em síntese, que:

“o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da ideologia, isto é, na criação de bases políticas para a hegemonia das classes fundamentais. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho.

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão:

- a) de um lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; e
- b) de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo- apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto.

Elas traduzem como esses limites e possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais.

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.”

4. O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO NA REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Desde a década de 1980, afirma-se (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) que:

o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais.

Ao indagar-se sobre *significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais*, tem-se um ponto de partida e um norte.

Este não é a prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Para eles, a esfera privilegiada na compreensão da vida social é a esfera da distribuição da riqueza, visto que as leis históricas que regem a sua produção são tidas como assemelhadas àquelas da natureza, de difícil alteração por parte da ação humana.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social.

O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade.

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio.

Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador.

Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na gênese da “questão social” nessa sociedade. Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade.

Essa é uma noção aberta ao vir-a-ser histórico, à criação do novo, que captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes e sujeitos que as constituem, as formas mistificadas que

as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação por meio da ação criadora dos homens na construção da história.

Esse rumo da análise recusa visões unilaterais que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista.

Reafirma-se, pois, a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto *o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores*.

São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas à intencionalidade dos seus agentes. O projeto profissional beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras quanto dos avanços de ordem teórico-metodológica, ética e política acumulados no universo do Serviço Social a partir dos anos de 1980.

“O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social”. Segundo essa proposta, a particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo se encontra “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154).

Assim as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade.

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais.

Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação.

Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção *de projetos profissionais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade.

É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais, exigindo uma análise crítica e teoricamente fundamentada:

- do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam;
- da construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuamos: na saúde, na previdência e assistência social nas diversas instâncias do poder executivo;
- no poder judiciário, nas organizações empresariais;
- etc.

Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública.

O Serviço Social é assim reconhecido como uma *especialização do trabalho*, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Estas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos.

As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais.

Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS/CEDEPSS, 1997).

5. OS DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E OS DIFERENTES ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS

Como o Serviço Social faz parte do conjunto de profissões que surgiram no capitalismo monopolista, as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea interferem no trabalho desse profissional. Isso é tão verdade que as mudanças efetuadas pelo capital alteram as expressões da questão social e o seu enfrentamento, como podemos perceber, por exemplo, nas perdas que os trabalhadores vêm sofrendo com a terceirização.

A indústria [...] cria em torno de si uma rede de pequenas e médias empresas fornecedoras de peças, insumos e serviços. Transformam-se grandes empresas em simples 'montadoras', dando origem ao fenômeno da terceirização (IAMAMOTO, 2006, p. 177).

Ainda, segundo IAMAMOTO (2006, p. 177), a terceirização adotada pelas entidades públicas e particulares concorre para:

"[...] a crescente perda dos direitos sociais, o aumento do trabalho temporário, os altos índices de desemprego estrutural, observando-se o crescimento das chamadas "taxas naturais de desemprego"

Basta prestar atenção à forma como vem sendo realizado o serviço de limpeza em grande parte das empresas e das instituições públicas. Muitos trabalhadores que ali prestam serviço foram demitidos. Isso mostra que o capital exige uma produção...

"[...] com maior eficiência e menor custo" (IAMAMOTO, 2006, p. 177).

Quando o trabalhador não consegue disputar uma vaga no trabalho formal, o próprio sistema cria e recria as "relações não capitalistas de produção".

Por exemplo:

"[...] revigora-se o trabalho familiar e artesanal, estimulando as economias informais e subterrâneas com elevadas taxas de extração de trabalho excedente" (IAMAMOTO, 2006, p. 176).

Diversos trabalhadores brasileiros vêm aderindo ao trabalho informal, desenvolvendo suas atividades nos espaços entrecortados das ruas e das calçadas.

Mesmo quando lhes é oferecida uma solução urbanística oficial, nela ainda está presente o componente da informalidade.

Para Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social nasceu do movimento católico e das demandas do Estado, na década de 1930.



Segundo Netto (2006), a renovação do Serviço Social tradicional teve início a partir da perspectiva modernizadora, na década de 1960.

No final dos anos 1970, manifestou-se a perspectiva da reatualização do conservadorismo e a perspectiva da intenção de ruptura, criando força nos anos 1980.

Os anos 1990 foram marcados pelas perdas sociais.

Como afirmam Iamamoto e Carvalho, o Serviço Social insere-se na divisão social do trabalho do capitalismo.

Assim, o assistente social é um dos trabalhadores requisitados pelo capitalismo monopolista para atuar nas expressões da questão social, por isso é necessário que ele acompanhe as mudanças sociais.

A luta dos trabalhadores da década de 1920 visava à melhoria dos salários, das condições de trabalho e à diminuição das jornadas de trabalho.

Na década de 1930, enquanto o Presidente Getúlio Vargas permitia a existência dos sindicatos atrelados ao governo, o regime militar de 1964 proibia qualquer tipo de manifestação sindicalista.

Já na década de 1980, a força dos movimentos sociais contribuía para a consolidação dos direitos sociais na Constituição de 1988.

Hoje, não há espaço para a luta sindicalista diante de:

“[...] uma ‘nova pobreza’, um excedente de força de trabalho que não tem preço, porque não tem mais lugar no processo de produção” (IAMAMOTO, 2006, p. 176).

Os que conseguem trabalho devem aliar o conhecimento especializado ao domínio das tecnologias.

Como foi visto, os governos tratam a questão social com repressão e fazem concessões sociais.

Dessa forma, as alterações na produção modificam as relações de trabalho e a questão social, a relação Estado e sociedade civil e exigem que o assistente social busque compreender a realidade dos usuários no movimento do capital.



6. RESUMO DA AULA



RESUMINDO

Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos

Os autores das principais obras referentes aos fundamentos históricos do Serviço Social afirmam que historicamente passamos e ainda estamos passando por um período de regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital, em que se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.

A defesa do mercado e do capital é considerada relação social monopolizadora dos frutos do trabalho coletivo, obscurecendo o universo do trabalho, que é a fonte criadora do processo de acumulação em escala exponencial no cenário mundial.

Historicamente passamos por relevantes transformações que alteraram a face do capitalismo, especialmente na América Latina.

Após um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua natural tendência de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de ajustes na estrutura dos Estados nacionais.

Preconizadas pelos países imperiais por intermédio dos organismos multilaterais, essas políticas dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais (BORÓN, 1995).

Um mundo internacionalizado requer um Estado dócil aos influxos neoliberais, mas ao mesmo tempo forte internamente - ao contrário do que é propalado pelo ideário neoliberal da minimização do Estado - para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos, comprometendo a soberania das nações. (PETRAS, 2002)

O projeto neoliberal é expressão dessa reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta a perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970 (FIORI, apud SOARES, 2003), no marco de uma onda longa de crise capitalista (MANDEL, 1985).

Segundo Yazbek (2001):

o pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, já que não admite os direitos sociais, uma vez que os metamorfoseia em dever moral: opera, assim, uma profunda despolitização da “questão social”, ao desqualificá-la como questão pública, questão política e questão nacional.

A atual falta de regulamentação dos direitos sociais e das políticas públicas desloca a atenção da pobreza para a iniciativa privada ou individual, submetendo-as ao indivíduo isolado, e não à responsabilidade pública do Estado.



Dentre as consequências de transferir a atenção à pobreza da esfera pública para a privada são:

- a ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de sua reclamação judicial;
- a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar o traço histórico assistencialista; e
- a regressão dos direitos sociais.

Temos, na América Latina, traços de improviso e inoperância, tornando quase impotentes a universalização do acesso aos serviços decorrentes.

Permanecem políticas casuísticas e fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes públicas obsoletas e deterioradas". (YAZBEK, 2001:37).

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-situações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003:12).

Como principais consequências deste cenário de ausência do Estado, podemos citar:

- aumento radical de concentração de renda, da propriedade e do poder,;
- o empobrecimento da população;
- uma ampliação desemprego e do subemprego;
- o desmonte dos direitos conquistados e das políticas sociais universais, impondo um sacrifício forçado a toda a sociedade.

O pensamento pós-moderno contrapõe-se às teorias sociais que, apoiadas nas categorias da razão moderna, cultivam as "grandes narrativas". Assim, questiona, nivelando, os paradigmas positivista e marxista e dilacera projetos e utopias. Reitera, em contrapartida, a importância do fragmento, do efêmero, do intuitivo e do micro-social. Invade a arte, a cultura, os imaginários e suas crenças, os saberes cotidianos, as dimensões étnicas, raciais, religiosas e culturais na construção de identidades esvaziadas de história (NETTO, 1996; YAZBEK, 2001; SIMIONATO, 1999).

Um contexto sócio-histórico refratário aos influxos democráticos exige, contraditoriamente, a construção de uma nova forma de fazer política - que impregne a formação e o trabalho dos assistentes sociais- capaz de acumular forças na construção de novas relações entre o Estado e a sociedade civil que reduzam o fosso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais. Requer, portanto, uma concepção de cidadania e de democracia para além dos marcos liberais. A cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Nessa concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana.

Concentrada no bem comum, no aproveitamento civilizado do conflito e da diferença, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, na defesa da crítica e da participação, da



transparência e da integridade numa operação que se volta para uma aposta na inesgotável capacidade criativa dos homens. (NOGUEIRA, 2001).

(...)

É a “política com muita política”, em contraposição à “pequena política” e à “política dos técnicos”, a contra-política. Em outras palavras, o novo que perseguimos é o compromisso com a prevalência do debate público e da participação democrática, que abra caminhos para que cidadãos organizados interfiram e deliberem nas questões de interesse coletivo, na busca de consensos possíveis para resolver os conflitos, organizar e viver a vida. (NOGUEIRA, 2001).

A “prática” é tida como uma relação singular entre o assistente social e o usuário de seus serviços -, seu “cliente”- desvinculada da “questão social” e das políticas sociais. Essa visão histórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a análise da sociedade e da profissão, - desqualificado como “teoricismo” - em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda.

“a formação profissional deve privilegiar a construção de estratégias, técnicas e formação de habilidades – centrando-se no “como fazer” – a partir da justificativa que o Serviço Social é uma “profissão voltada à intervenção no social”. Esse caminho está fadado a criar um profissional que aparentemente sabe fazer, mas não consegue explicar as razões, o conteúdo, a direção social e os efeitos de seu trabalho na sociedade. Corre-se o perigo do assistente social ser reduzido a um mero “técnico”, delegando a outros - cientistas sociais, filósofos, historiadores, economistas, etc - a tarefa de pensar a sociedade”.

Conclusivamente, Yamamoto conclui que : “O resultado é um profissional mistificado e da mistificação, dotado de uma frágil identidade com profissão.”

“ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão social” nessa sociedade”.

Diante desta perspectiva, percebemos que o processo de reprodução das relações sociais contempla:

- a criação de novas necessidades;
- a criação de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo se aprofundam as desigualdades e criam-se novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre diferentes classes e grupos na sociedade.

“o Serviço Social situa-se no processo de reprodução das relações sociais como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da ideologia, isto é, na criação de bases políticas para a hegemonia das classes fundamentais. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho.

Pensar o projeto profissional supõe articular essa dupla dimensão:

a) de um lado, as condições macro-societárias que tecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades que vão além da vontade do sujeito individual; e



b) de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo- apoiadas em fundamentos teóricos e metodológicos – de parte dos agentes profissionais a esse contexto.

Elas traduzem como esses limites e possibilidades são apropriados, analisados e projetados pelos assistentes sociais.

O exercício da profissão exige, portanto, um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.”

O significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas

o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social.

“O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social”. Segundo essa proposta, a particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo se encontra “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154).

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais, exigindo uma análise crítica e teoricamente fundamentada:

- do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam;
- da construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuamos: na saúde, na previdência e assistência social nas diversas instâncias do poder executivo;
- no poder judiciário, nas organizações empresariais;
- etc.

As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão, salientando as respostas do Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais.

Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS/CEDEPSS, 1997).

5. Os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio ocupacionais

Como o Serviço Social faz parte do conjunto de profissões que surgiram no capitalismo monopolista, as mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea interferem no trabalho desse profissional. Isso é tão verdade que as mudanças efetuadas pelo capital alteram as expressões da questão social e o seu enfrentamento, como podemos perceber, por exemplo, nas perdas que os trabalhadores vêm sofrendo com a terceirização.

A indústria [...] cria em torno de si uma rede de pequenas e médias empresas fornecedoras de peças, insumos e serviços. Transformam-se grandes empresas em simples ‘montadoras’, dando origem ao fenômeno da terceirização (IAMAMOTO, 2006, p. 177).

“[...] a crescente perda dos direitos sociais, o aumento do trabalho temporário, os altos índices de desemprego estrutural, observando-se o crescimento das chamadas “taxas naturais de desemprego”

“[...] revigora-se o trabalho familiar e artesanal, estimulando as economias informais e subterrâneas com elevadas taxas de extração de trabalho excedente” (IAMAMOTO, 2006, p. 176).

Para Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social nasceu do movimento católico e das demandas do Estado, na década de 1930.

Segundo Netto (2006), a renovação do Serviço Social tradicional teve início a partir da perspectiva modernizadora, na década de 1960.

Como afirmam Iamamoto e Carvalho, o Serviço Social insere-se na divisão social do trabalho do capitalismo.

Assim, o assistente social é um dos trabalhadores requisitados pelo capitalismo monopolista para atuar nas expressões da questão social, por isso é necessário que ele acompanhe as mudanças sociais.

Os que conseguem trabalho devem aliar o conhecimento especializado ao domínio das tecnologias.

Como foi visto, os governos tratam a questão social com repressão e fazem concessões sociais.

Dessa forma, as alterações na produção modificam as relações de trabalho e a questão social, a relação Estado e sociedade civil e exigem que o assistente social busque compreender a realidade dos usuários no movimento do capital.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA AULA



Muito bem, pessoal! Finalizamos nossa “aula zero” (demonstrativa). Na aula de hoje estudamos os fundamentos históricos, teóricos, metodológicos e éticos do Serviço Social no Brasil, o significado social da profissão na reprodução das relações sociais capitalistas e os desafios ao Serviço Social na contemporaneidade e os diferentes espaços sócio ocupacionais.

Os exercícios serão disponibilizados em uma aula extra, contemplando todos os temas estudados.

Um grande abraço e que Deus te abençoe.

Até a próxima aula!!!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.